

A BIBLIOTECA PÚBLICA DE BRAGA E O PROJECTO BIBLIOPOLIS *

HENRIQUE BARRETO NUNES

O Relatório sobre as bibliotecas municipais em Portugal (MOURA, 1986), que esteve na base da criação da Rede Nacional de Leitura Pública (RNLP), não abordava a situação das grandes bibliotecas públicas, localizadas nos principais centros urbanos do país (Lisboa, Porto, Coimbra, Braga), embora previsse a necessidade de uma intervenção específica posterior.

Surge assim o Projecto Bibliopolis (DR, 1988), inserido no plano de desenvolvimento da rede nacional de leitura pública criada pelo Instituto Português do Livro e de Leitura, que se propõe apoiar técnica e financeiramente as Bibliotecas Municipais de Lisboa, Porto e Coimbra e ainda a Biblioteca Pública de Braga.

Trata-se de bibliotecas localizadas em centros urbanos cuja área de influência ultrapassa, em termos populacionais, os cem mil habitantes, detentoras de importantes colecções documentais (fundos antigos, depósito legal, doações, etc.) e que por isso mesmo possuem fortes tradições culturais, que complementam infraestruturas de idêntico cariz ou de ensino existentes nos referidos concelhos.

O apoio do IPLL implica desde logo o respeito pelos princípios básicos defendidos pelo programa nacional de leitura pública (espaços diversificados,

* Este texto reproduz e amplia em alguns aspectos a comunicação apresentada ao 4.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (Braga, 4/6 Março 1992), com o título "O projecto Bibliopolis em Braga".

para todo o tipo de público e de actividades, colecções enciclopédicas, pluralistas e actualizadas, diversidade de suportes de informação, livre acesso, empréstimo domiciliário, pessoal especializado, etc.) e a obrigatoriedade da definição de uma rede concelhia de bibliotecas, com a criação de anexos ou de bibliotecas móveis, articuladas com a estrutura central.

No conjunto dos concelhos a que o Projecto Bibliopolis se destina, Braga ocupa uma posição especial (NUNES, 1987).

Criada há 150 anos, a sua Biblioteca Pública, integrada na Universidade do Minho desde 1975, é a única existente num concelho de fortes tradições culturais, onde avultam duas universidades e numerosos estabelecimentos de ensino, servindo uma população de cerca de 150.000 habitantes.

Concebida inicialmente como biblioteca de conservação, com um importante fundo antigo, e sendo beneficiária do Depósito Legal desde 1932, reúne à partida condições ideais para funcionar como uma biblioteca de leitura pública com dimensão regional, dadas as características e a variedade das colecções documentais que possui.

Porém, o seu crescimento constante e o desenvolvimento dos respectivos serviços encontram-se fortemente limitados pelos condicionalismos do edifício que ocupa, o qual, para além de ter a sua capacidade de armazenagem esgotada, dificilmente permitirá melhores condições de funcionamento ou até de adaptação, dado tratar-se de um imóvel classificado.

O reconhecimento desta situação, quer por parte da Universidade do Minho, que tem investido fortemente nesta sua Unidade, recebendo apenas as contrapartidas culturais daí decorrentes, quer por parte da Câmara Municipal, que reconhece não ter condições, por si só, para oferecer à comunidade um equipamento vocacionado para a leitura pública dentro das mais modernas concepções, levou estas instituições a estabelecerem, em 29. Nov. 1990, um Acordo de Princípios através do qual manifestaram o seu interesse na integração no Projecto Bibliopolis e conseqüentemente na Rede Nacional de Leitura Pública (NUNES, 1991).

A este acordo seguiu-se, no final de 1990, a assinatura de um contrato-programa entre o Instituto Português do Livro e da Leitura, a Câmara Municipal de Braga e a Universidade do Minho, solenemente formalizado em 12 de Julho de 1991 (data em que a B.P.B. celebrou os seus 150 anos de existência), através do qual se consagrou a vontade atrás expressa, que se tinha tornado materialmente possível através da cedência à Universidade do Minho do edifício e do logradouro do Antigo Albergue Distrital de Braga, com o objectivo de nele ser instalado um polo da Biblioteca Pública.

Este edifício, localizado no centro histórico da cidade, conserva ainda uma bela fachada quinhentista (OLIVEIRA, 1982), tendo sido objecto de trabalhos de reconstrução conduzidos pelo Instituto Português do Património Cultural que, no entanto, não foram concluídos.

Os quatro pisos existentes dispõem de uma área de cerca de 1230 m², enquanto o seu logradouro ocupa uma área de cerca de 1073 m².

O contrato-programa referido, através do qual o IPLL se compromete a prestar cooperação técnica e financeira, visa estabelecer as condições iniciais da aplicação do Projecto Bibliopolis a Braga, tendo em conta as características deste concelho, frisando que tal só se tornará viável em articulação com a Biblioteca Pública.

O papel e a responsabilização da BPB neste projecto ficou claramente definido no contrato-programa, que implica a conciliação das suas características actuais de Biblioteca erudita e de conservação, beneficiária do Depósito Legal, com o seu redimensionamento como biblioteca de leitura pública.

O primeiro aspecto impõe essencialmente que, no espaço cedido, sejam criados depósitos que permitam o crescimento e expansão das suas colecções documentais.

Quanto à vertente de leitura pública, é condição primordial que no novo espaço existam secções de adultos e de crianças, uma zona de audiovisuais, uma sala de exposições, um auditório e uma sala de leitura e, se possível, uma zona para trabalho em grupo.

O livre acesso e o empréstimo, a realização de actividades de animação, a contratação de pessoal especializado serão uma obrigação decorrente deste novo tipo de funcionamento, o que implicará a informatização dos serviços e das colecções e a sua ligação à rede informática da Universidade do Minho e à PORBASE.

Estas condições estão consignadas no ponto 5 do contrato-programa que estabelece que a Universidade do Minho em íntima colaboração com a Câmara Municipal de Braga, se propõe *realizar o estudo da ocupação do edifício do antigo Albergue Distrital, cedido pela SEC com objectivo de nele instalar uma biblioteca com características idênticas às da BM3 (anexo 1), (IPLL, 1989).*

Ficou ainda estabelecido neste ponto que a UM se compromete a fazer *o estudo do aproveitamento do logradouro do referido edifício para nele instalar depósitos, salas de leitura e outros serviços da BPB, essenciais à sua modernização e desenvolvimento.*

Este ponto é essencial pois, como se viu, o crescimento constante das colecções da BPB e a impossibilidade de ocupar outros espaços no conjunto arquitectónico do Largo do Paço (que seria, à partida, a área natural para a sua expansão, opção com a qual a Universidade do Minho não concorda) obriga a que o logradouro seja totalmente aproveitado para os serviços da Biblioteca, nomeadamente com a construção de depósitos de grande capacidade.

Implícita no conceito de Leitura Pública e devidamente realçada no texto do Projecto Bibliopolis está a necessidade de constituição de uma rede concelhia de bibliotecas, com a criação de anexos articulados com a estrutura central.

Este aspecto encontra-se salvaguardado no ponto 3 do referido contrato-programa onde se afirma que *o projecto implica a criação de uma rede concelhia de bibliotecas, cuja responsabilidade principal é de competência do município.*

Na sequência da assinatura deste contrato-programa, o IPLL já atribuiu uma verba de cerca de 40 mil contos, o que permitiu a contratação de um

arquitecto e a realização de trabalhos arqueológicos no logradouro do edifício, já que este se localiza em pleno coração de Bracara Augusta.

Neste momento o Arq.^{to} Mário Abreu, seleccionado na sequência de um “concurso limitado para a elaboração do projecto de adaptação e reconstrução do edifício e cerca do antigo Albergue Distrital de Braga”, realizado em Junho de 1991, está a ultimar o programa base referente àquele projecto, que seguidamente será apreciado pelas entidades envolvidas no processo (Universidade do Minho/Biblioteca Pública de Braga, Instituto Português do Livro e da Leitura, Câmara Municipal de Braga e ainda pelo Instituto Português do Património Cultural).

Dadas as características especiais e pioneiras deste projecto, devido ao tipo de entidades nele envolvidas, estas, de acordo com o ponto 7 do contrato-programa, terão de acordar entre si *as respectivas formas de participação, estimado o valor global do investimento, e que incidirá sobre as obras de construção, aquisição de mobiliário, equipamento e fundos documentais em diversos suportes.*

Isto significa que o IPLL, a Câmara Municipal de Braga e a Universidade do Minho terão que dividir entre si as responsabilidades decorrentes do investimento que vai ser feito para a construção e equipamento do novo pólo da Biblioteca Pública de Braga, presumindo-se que cada uma das partes suporte as despesas relativas a um terço do custo total da obra.

Para tal, o ponto 9 do contrato-programa determina que *os outorgantes acordam em fixar por escrito e como adenda complementar ao presente contrato as condições técnicas, financeiras e materiais de execução do projecto e que nele não estejam fixadas*, o que permitirá materializar o projecto Bibliopolis em Braga.

O ponto 7 refere ainda a necessidade de *contratação de pessoal com formação adequada*, condição absolutamente imprescindível para o funcionamento eficaz da nova biblioteca, o que implicará igualmente a necessária definição, entre a CMB e a UM, dos critérios e modalidades a seguir.

Sem a contratação desse pessoal (técnicos superiores, técnicos adjuntos e pessoal auxiliar) não será possível responder aos novos e decisivos desafios em que muito em breve se verá envolvida a velha biblioteca bracarense, agora decididamente voltada para o futuro.

Outros aspectos a consagrar no protocolo que a Câmara Municipal e a Universidade do Minho terão que elaborar dizem respeito à propriedade do imóvel, despesas de funcionamento, gestão do pessoal e outras questões que atempadamente deverão ser levantadas.

Entretanto, é forçoso que se comece a definir o planeamento e a localização das bibliotecas anexas (ou de serviços similares) a criar no concelho, capítulo em que a Câmara Municipal deverá ter uma palavra fundamental e que também influirá na concepção e funcionalidade dos espaços que, no logradouro do Albergue, lhe ficarão mais directamente afectos.

A nível regional, a BPB goza de posição de incontestável prestígio,

expresso nos constantes pedidos de informação, apoio, colaboração, cedência de espécies bibliográficas ou itinerância de exposições de que é objecto por parte de outras bibliotecas, escolas, organismos culturais, etc. e que procura sempre satisfazer.

A integração efectiva desta Biblioteca na Rede Nacional de Leitura Pública, através do Projecto Bibliopolis, poderá ajudar a criar ou a transformar os hábitos de leitura dos habitantes deste concelho e região, atraindo e retendo novos e diversificados públicos, que na BPB deverão encontrar a expressão plena do que o "Manifesto da Unesco" defende:

Para atingir os seus objectivos, a biblioteca pública – que é uma instituição democrática de ensino, de cultura e de informação – deve ter acesso fácil e as suas portas devem estar igualmente abertas a todos os membros da comunidade, sem distinção de raça, cor, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, situação social ou nível cultural.

É assim que pretendemos que seja a nova Biblioteca Pública de Braga, dando plena continuidade a um passado de 150 anos que não regeita e de que se orgulha.

BIBLIOGRAFIA

- DR, 1988 – PORTUGAL – Leis, decretos, etc. – *Projecto Bibliopolis*. "Diário da República", Lisboa, 2.ª série (241), 18 Out. 1988.
- IPLL, 1989 – PORTUGAL – Instituto Português do Livro e da Leitura. – *Programa de apoio às bibliotecas municipais*, Lisboa, IPLL, 1989.
- NUNES, 1987 – NUNES, Henrique Barreto – *Biblioteca Pública de Braga: memória e mudança*. "Forum", Braga, 1, Mar 1987, p. 14-26, il.
- NUNES, 1991 – NUNES, Henrique Barreto – *Crónica dos 150 anos da Biblioteca Pública de Braga*. "Forum", Braga, 9/10, Jan.-Jul. 1991, p. 163-203, il.
- MOURA, 1986 – MOURA, Maria José (coord.) – *Leitura pública: rede de bibliotecas municipais*. Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1986.
- OLIVEIRA, 1982 – OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Proposta de classificação dos imóveis n.º 34 e 36-40 da rua de St.º António das Travessas em Braga*. "Mínia", Braga, 5(6), 1982, p. 167-168.

PROGRAMA TIPO
(mais de 50 000 habitantes)

BIBLIOTECA MUNICIPAL 3			
PONTOS FIXOS DE SERVIÇO:		- Central: 1650 m ² - Anexos (em número variável)	
AQUISIÇÕES ANUAIS:		- 3500 v. + 1000/anexo - 400 doc. a.v. + 40/anexo	
PESSOAL TÉCNICO:		- 2 a 3 Bibliotecários e 8 Técnicos Auxiliares BAD + 1 Técnico Auxiliar de BAD/anexo	
PROGRAMA	DOCUMENTAÇÃO	LUGARES SENTADOS	ÁREA
ÁTRIO.....	—	—	160 m ²
SECÇÃO ADULTOS	Empréstimos..... 20000 Consulta Local 5000 Periódicos..... —	} 27000 16 } 44 }	420 m ²
SECÇÃO INFANTIL	Empréstimos..... 9000 Consulta Local 2000 Conto — Atelier de expressão —	} 11000 20 } 28 } 40 }	240 m ²
AUDIO – VIDEO (escuta e visionamento locais)	4000	15	100 m ²
ÁREA POLIVALENTE	—	130	130 m ²
TOTAL SERVIÇO PÚBLICO	42000	315	1135 m ²
GABINETES DE TRABALHO	600	10	100 m ²
SALA DE PESSOAL	—	—	15 m ²
MANUTENÇÃO	600	3	50 m ²
DEPÓSITO { CONSERVAÇÃO.....	18000	—	100 m ²
{ DIFUSÃO.....	23700(3anex) 5000 Ad./anex 2500 in./anex 400 a.v./anex		100 m ²
TOTAL SERVIÇO INTERNO	42900	13	365 m ²
TOTAL SERVIÇOS PÚBLICO E INTERNO.....		328	1500 m ²
CIRCULAÇÕES, SANITÁRIOS, LIMPEZA (10%)			150 m ²
TOTAL ÁREA ÚTIL			1650 m ²



1. Fachada do edifício do antigo Albergue Distrital



2. Traseiras e logradouro do edifício do Antigo Albergue